

O PLANO DE TEXTO E O PLANO DE DISCURSO NA ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS

Maria Eliete de QUEIROZ
(PPgEL/UFRN)

RESUMO

O presente trabalho apresenta as questões teóricas sobre a análise textual dos discursos com base nos postulados de Adam (2008). O nosso foco incidirá sobre a noção do plano de texto e dos discursos no campo da análise de textos levando em consideração as categorias propostas pelo autor. O texto para construir o seu todo argumentativo e significativo precisa que seja encadeado em subconjuntos de suas partes. A seqüenciação do plano do texto acontece em uma sucessão. Assim sendo, o texto é construído de partes, que por sua vez constrói uma unidade de sentido e se realiza em um contexto, designada por Adam (Op. Cit) como uma unidade semântica e pragmática denominada configuracional, porque nela estão inclusas as partes do enunciado que formam o todo do texto, para tanto é preciso considerar não só os aspectos lingüísticos, mas também dar conta do contexto situacional e das condições de produção do texto.

PALAVRAS-CHAVE: Análise textual. Plano de texto. Plano de discurso.

PALAVRAS INICIAIS

O presente trabalho se configura como uma discussão teórica sobre análise textual dos discursos com base nos postulados de Adam (2008) e se vincula ao Grupo de Pesquisa em Análise Textual dos Discursos (ATD), cadastrado pelo Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Nosso estudo compreende uma revisão dos conceitos das categorias que formam o plano do texto e o plano do discurso no campo da análise e da descrição das operações de construção do texto, propostas por Adam (2008). Fundamentamo-nos, ainda, na contribuição de Bakhtin ([1995]; 1992) para tratar da questão dialógica da linguagem e acrescentamos reflexões sobre a argumentação na produção e organização dos discursos, entre outros autores.

Em termos de organização, este artigo se encontra dividido em dois blocos de discussão teórica: o primeiro enfoca os estudos do texto e da Linguística Textual na relação com a prática sócio-interacional da linguagem. Nesse percurso, situamos a base teórica de Adam (2008) sobre os planos do texto e do discurso na análise textual. No último bloco, reiteramos o processo argumentativo na construção do texto.

1. ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS: TEXTO, INTERTEXTO E GÊNERO

1.1 Os estudos do texto e a prática sócio-interacional da linguagem

Nos anos 90 o estudo do texto se encaminha para a adoção de uma perspectiva sócio-interacional no tratamento para com a linguagem e, em decorrência disso, para o

estudo dos processos e estratégias sócio-cognitivos envolvidos no processamento do texto e do discurso.

Inserindo-se nesse contexto de discussão, Adam (2008, p.43) define a “lingüística textual como um subdomínio do campo mais vasto da análise das práticas discursivas”. Com base nessa definição, o autor apresenta o texto em sua materialidade formado por um plano global de enunciado, que é construído com base em uma ação de linguagem visada, de acordo com o diálogo que o seu produtor estabelece com o outro, em uma situação sócio-discursiva vivida pelo sujeito, de acordo com o espaço social de que faz parte.

Nesse sentido, os enunciados tomam formas em um gênero de discurso que se projeta em uma organização discursivo-argumentativa que se vincula diretamente a uma instituição social.

O autor concorda que incluir a lingüística textual no foco da análise do discurso significa inscrever as atividades de textualização no quadro de um gênero específico determinado, que é atualizado nas atividades humanas institucionalizadas.

Dessa forma, a ação de linguagem é realizada por meio de um texto, em que os seus enunciados são organizados em uma seqüência composicional de base para formar o todo significativo. Assim, todo gênero é construído levando-se em conta os níveis ou planos do texto que estão envoltos ao plano do discurso (ADAM, 2008).

Para Bakhtin ([1955]1992), a linguagem é entendida como ação social e, sendo social, os sujeitos se encontram organizados, estabelecendo vínculos de comunicação, pois suas atividades são realizadas na interação social. Com base na idéia de interação verbal é que o autor define a categoria básica de sua concepção de linguagem que se fundamenta no caráter dialógico da linguagem. O caráter dialógico da linguagem inicia-se na própria enunciação que, para ele, é, na verdade, um diálogo. O que significa que todo enunciado está impregnado por tudo o que já foi dito anteriormente, bem como pelos enunciados que o sucederão (FARACO, 2003).

Segundo Freitas (1999), o enunciado pertence a um universo de relações completamente diferentes das relações puramente lingüísticas. Enquanto a sentença e a palavra estão relacionadas à linguagem, o enunciado está relacionado à comunicação discursiva. Nesse sentido, o contexto social se torna determinante na produção do enunciado que só acontece entre duas pessoas socialmente organizadas, não importando se a presença do outro é real ou imaginária. Então, todo enunciado é um diálogo. Ignorar sua natureza dialógica é na verdade descaracterizá-lo, enquanto fenômeno de produção humana.

O estudo do enunciado formatado em gêneros é um ponto que diferencia a teoria bakhtiniana dos pressupostos das teorias tradicionais da linguagem, uma vez que estas excluem a natureza interacional da linguagem, entendida enquanto prática social.

Para Bronckart (1999), a linguagem está relacionada às questões sócio-psicológicas. Ele parte do pressuposto de que uma língua só é adquirida por meio de suas produções verbais articuladas a diferentes situações comunicativas. Dessa forma, a linguagem é estudada numa visão em que “os textos são produtos da atividade humana e estão articulados às necessidades, aos interesses e às condições de funcionamento nas formações sociais”, conforme Bronckart (1999, p. 72)

Isso significa dizer que cada pessoa constrói o seu texto em função das suas intenções comunicativas. Esses textos são chamados de gêneros de texto ou gêneros textuais, conforme denominação do próprio autor. Para ele, os gêneros são múltiplos e infinitos, tendo em vista a inter-relação com as atividades humanas, enquanto que os segmentos lingüísticos que integram a composição desses gêneros são finitos e passíveis

de serem identificados mediante critérios lingüísticos específicos. A esses segmentos o autor atribui a denominação de tipos de discursos ou tipos discursivos.

Bronckart (1999) faz, ainda, uma análise da estrutura interna do texto, concebendo-a como um folhado composto de três camadas ou de níveis superpostos que são: a infra-estrutura geral do texto, o mecanismo de textualização e o de posicionamento enunciativo.

A infra-estrutura geral do texto diz respeito ao nível mais profundo da configuração textual. Compreende não só a planificação geral do texto, mas também os tipos discursivos que se concretizam a partir das seqüências descritivas, narrativas, argumentativas, dialogais, explicativas, expositivas.

No nível dos mecanismos de textualização, estão os elementos relacionados à linearidade do texto, ou seja, os mecanismos de caráter lógico, temporal e hierárquico que marcam a articulação entre as partes do texto, tornando-o um construto coeso que contribui para a sua progressão temática.

Esses mecanismos são chamados de coesão nominal e verbal. Os de coesão nominal são representados pelas unidades anafóricas que podem introduzir os temas ou personagens que aparecem no texto, fazendo as retomadas necessárias, como também, fazendo substituições no decorrer do texto. Os de coesão verbal asseguram a questão temporal, assim como o predomínio dos tempos verbais na relação com outros elementos de mesmo valor como os advérbios e os organizadores textuais.

Os mecanismos de posicionamento enunciativo orientam os destinatários no que diz respeito à interpretação de textos, a partir da definição das responsabilidades enunciativas e da determinação das respectivas vozes que aparecem no interior do texto, contribuindo, assim, para que o leitor possa ter uma análise formulada em relação ao conteúdo veiculado pelo texto. Assim, podemos adiantar que, na sua forma de compreender o texto, Bronckart (1999) centra-se na ação.

Segundo esse mesmo autor (1999), a ação de produzir um texto é resultado da interação entre os conhecimentos que o produtor do texto possui sobre os gêneros a serem produzidos, situá-los em um contexto-histórico determinado, construir representações da situação social e material de comunicação em que o texto é produzido.

Partilhando dessa compreensão, o texto deixa de ser entendido como um objeto abstrato e passa a ser visto como uma unidade concreta de produção textual, um produto verbal e social, que pertence e se atualiza em um determinado gênero, formado por várias seqüências discursivas, com elementos que trazem a marca e a representação de quem o produziu numa instância comunicativa real.

Machado (1998) afirma que o modelo proposto por Bronckart não se configura como processual, porque não se propõe a descrever os processos psicológicos como se desenvolvem em tempo real da produção de texto e nem se trata de um modelo formal que priorize as unidades lingüísticas que aparecem numa determinada situação de produção.

Para a autora, o objetivo do genebrino é estudar o efeito das situações de comunicação sobre o funcionamento dos textos, de modo que as operações textuais que ele postula consistem em um conjunto de hipóteses heurísticas que permite compreender a frequência ou a ausência de certas unidades lingüísticas nos textos estudados em função das condições sócio-psicológicas de sua produção.

O conceito de gênero discursivo está vinculado aos estudos dialógicos de Bakhtin ([1955]1992) que considera que o aspecto histórico e social é parte constitutiva da linguagem, e os gêneros discursivos são os elementos de interlocução que ligam a história da sociedade à história da língua. Por isso, o autor os define como construtos sócio-históricos que se constroem enquanto formas relativamente estáveis, partilhadas socialmente, caracterizadas por estilo, forma composicional e conteúdo temático. A sua

utilização é determinada a partir das atividades humanas, sejam essas religiosas, técnicas, ideológicas, profissionais, isso porque gêneros e atividades são mutuamente constitutivos.

1.2 Os planos de texto e do discurso na análise textual discursiva

O texto para construir o seu todo argumentativo e significativo precisa que seja encadeado em subconjuntos das partes que o forma. A seqüenciação do plano do texto acontece em uma sucessão. Assim sendo, o texto é construído de partes, que por sua vez constrói uma unidade de sentido e se realiza em um contexto, designada por Adam (2008) como uma unidade semântica e pragmática denominada “configuracional”, porque nela estão inclusas as partes do enunciado que forma o todo do texto.

Para entendermos o conceito de enunciado, que tem origem no que foi dito anteriormente e se completa no que ainda será dito, desenhando uma cadeia de relações dialógicas, é preciso considerar não só os aspectos lingüísticos, mas também dar conta do contexto situacional e das condições de produção desse enunciado.

Para Adam (2008), o plano do texto determina a configuração macrotextual do sentido. Para ele, esse plano pode ser convencional (fixo), pela história do gênero e pode ser ocasional, deslocado em relação à história dos gêneros. O plano de texto é estudado em sua materialidade e está relacionado à textura, à segmentação de proposições, de enunciados e de períodos, a estrutura composicional, formada pelas seqüências de base que encadeiam o sentido do texto, organizado argumentativamente.

A materialidade do texto deve ser analisada no plano da análise discursiva, que envolve a ação de linguagem, a interação social e a formação discursiva, através da qual os gêneros são atualizados.

A estrutura seqüencial de um texto é organizada por um plano de texto que leva em conta a sua seqüência organizacional. Tal organização se configura a partir de uma sucessão de enunciados. Para Adam (2008, p. 280) “A operação configuracional pode ser definida como o fato de instituir na produção e de apreender na interpretação uma configuração a partir de uma sucessão”. O que o autor determina como sendo configuracional compreende as “proposições-enunciados, os períodos, as partes de um plano de texto e as seqüências que o constituem como os elementos de um complexo concreto de relações.”

Atribuir sentido ao texto, segundo este autor, significa ser capaz de compreender o enunciado encadeado uns com os outros, construir as representações semânticas do texto no seu todo. Isso porque, segundo Bakhtin, quando escolhemos as proposições para a construção e organização do texto essa seleção não é feita aleatoriamente, ela é escolhida em função do todo significativo do enunciado acabado, que está representado em nossa imaginação verbal e presentifica o nosso ponto de vista, a nossa opinião.

Os postulados de Adam (1992) tratam da regularidade seqüencial prototípica de textos de base: narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal. Nas tipologias cognitivas, os textos são analisados em função da forma como os conteúdos estão organizados, visando a uma compreensão de como o texto funciona, através de uma definição das operações utilizadas pelo locutor ou receptor para a produção e recepção dos textos (BRANDÃO, 2001).

Werlich² (1975 *apud* MARCUSHI, 1996) fundamenta a sua teoria na perspectiva de que as unidades textuais estão materializadas em critérios lingüísticos específicos. Trata-se de uma abordagem que determina os tipos de textos conhecidos, como: descritivo, narrativo, expositivo, argumentativo e instrutivo, os quais são determinados por

² WERLICH, E. *Typologie der texte*. Heidelberg; Quelle und Meyer, 1975.

bases temáticas estruturais próprias de cada tipo. Por exemplo, nos textos de base descritiva o que se destaca são as seqüências de localização, representadas por estruturas de verbos sem movimento, estáticos, sempre no tempo presente ou no pretérito imperfeito, seguidos de elementos circunstanciais de lugar. Os textos de base narrativa são formalizados a partir de enunciados possuidores de ações, portanto enunciados com seqüência temporal por meio de verbos de movimentos, seguidos de elementos circunstanciais de tempo e lugar.

Os de base expositiva são apresentados a partir de duas bases temáticas que se diferenciam. Uma que está relacionada à base temática de exposição sintética que se configura pelo processo de composição textual, que diz respeito aos constituintes sintáticos (sujeito, predicado e complementos nominais). A outra diz respeito à base temática de exposição analítica, que se configura pelo processo de decomposição, em que a sua estrutura segue a ordem: sujeito, verbo e complemento, que mantém com o sujeito uma relação parte-todo.

Já os textos de base temático-argumentativa estão fundamentados numa tomada de posição. As formas verbais que os determinam são construídas a partir do verbo “ser” seguidos dos seus complementos qualitativos.

Van Dijk (1985), baseado no pressuposto de que todo texto tem uma forma de organizar cognitivamente os seus conteúdos, apresenta a significativa concepção das superestruturas textuais como um parâmetro de confronto para outras abordagens. De acordo com o seu pensamento, as superestruturas são estruturas globais que especificam um tipo de texto, são esquemas aos quais os textos se adaptam ou se enquadram.

Para Adam (1992), os tipos de textos são concebidos como módulos, por isso o autor propõe uma teoria da organização dos textos baseada na noção fundamental das seqüências. O autor afirma que as seqüências prototípicas são unidades que possuem certa autonomia sintática no nível da linearidade do texto, sendo o texto concebido como o produto da combinação de diferentes tipos de seqüências.

Nesse contexto, a teoria proposta por Adam é considerada de grande significação no contexto das abordagens cognitivas porque está restrita à teoria dos protótipos, que são modelos abstratos, à disposição dos produtores e receptores de textos.

O protótipo é definido por macroposições que se formam em uma estrutura autônoma e são concretizadas em tipos lingüisticamente diferentes. É com base neste referencial que o autor restringe o seu estudo em cinco seqüências estruturais, quais sejam: a estrutura narrativa, a descritiva, a argumentativa, a explicativa e a dialogal. Estas podem ser intercaladas em um texto de seqüência diferente através do processo de mescla e encaixamentos. É a partir do encaixe de uma seqüência em outra que se constitui a heterogeneidade composicional da maioria dos textos.

A seqüência prototípica argumentativa se apóia nas formas de raciocínio dedutivo e indutivo, que partem sempre do conhecido para o desconhecido; é a seqüência que procura intervir sobre o ponto de vista, o comportamento ou a atitude de um interlocutor ou de um determinado público. Essa intervenção se dá com o objetivo de tornar um enunciado aceitável, apoiado em outro enunciado, segundo determinados argumentos, dados ou razões.

1.3 Os estudos bakhtinianos e o caráter dialógico da linguagem

O postulado do dialogismo é necessário para se refletir acerca do caráter sócio-interacional da linguagem e da questão do enunciado, que norteiam a noção bakhtiniana de gêneros discursivos.

Para o pensador russo, os gêneros estão vinculados à esfera comunicativa, apresentam características relativamente estáveis e são, portanto, de caráter social e dinâmico. Na perspectiva bakhtiniana, as atividades humanas fazem emergir vários tipos de gêneros que se estabilizam e evoluem no interior de cada atividade. Quer dizer, gêneros e atividades são partes intrínsecas, constitutivas porque o agir humano não se dá independente da interação, nem o dizer fora do agir (FARACO, 2003). Isso significa dizer que falamos e agimos socialmente através dos gêneros, ou seja, o nosso discurso é moldado pelas atividades que desempenhamos, por nossas práticas de linguagem e pelo nosso fazer humano.

De acordo com Faraco (2003), Bakhtin olha para a linguagem e o seu olhar significa que a linguagem não é como um sistema de categorias gramaticais abstratas, mas como uma realidade em constante movimento, não como um ente gramatical homogêneo, mas como um fenômeno estratificado, isto é, definido pelas diferentes vozes sociais que caracterizam a linguagem.

A nossa incursão pelo pensamento bakhtiniano é essencial para compreendermos o falante como um ser heterogêneo, que participa ativamente dos infinitos e numerosos diálogos sociais, os quais são construídos num espaço que não é individual, porque faz parte de uma realidade que se expande, como diz Bakhtin, pela guerra das vozes sociais.

Entendendo a linguagem dessa maneira, os sujeitos produzem seus discursos/enunciados através dos vários gêneros. O uso da língua(gem) deve ser visto sempre em relação ao dizer e ao fazer humano.

O sujeito quando produz um enunciado está fazendo-o com uma finalidade própria do contexto em que está inserido. Assim Faraco expressa:

(...) não falamos no vazio, não produzimos enunciados fora das múltiplas e variadas esferas do agir humano. Nossos enunciados (orais ou escritos) têm, ao contrário, conteúdo temático, organização composicional e estilo próprios correlacionados às condições específicas e às finalidades de cada esfera de atividade. (FARACO, 2003:111),

Isso significa dizer que os gêneros representam os propósitos comunicativos dos falantes. Essa vinculação do que é dito com a esfera social é o que define a noção de gêneros, estudo que vem se expandido no discurso pedagógico desde a década de noventa, através das propostas curriculares dos órgãos oficiais de ensino. Essa transposição didática, no entanto, é criticada porque “cristaliza” o conceito de gêneros do discurso (FARACO, 2003).

Segundo Machado (2002), Bakhtin não é autor de uma teoria do texto sistematizada, no entanto, a sua concepção de linguagem como sistema dialógico de signos, expressa um valor de tal modo ao texto, como objeto privilegiado no estudo da linguagem, que se torna impossível ignorar suas formulações, quando se pensa nos limites teórico-práticos da textualidade.

Visto por esse prisma, pensar o ensino de língua e, conseqüentemente, o trabalho com o texto levando em conta as relações dialógicas, é pensar numa abordagem de ensino

dentro de uma perspectiva sócio-histórica, que não se restringe às formas e estruturas da língua isolada do contexto social em que o enunciado é produzido, nem vê os gêneros na perspectiva de classes e tipos como é concebido por algumas teorias do texto.

Se há essa relação entre os gêneros e as atividades humanas é porque eles não são definidos para sempre como modelos e propriedades fixas; na verdade, eles são dinâmicos e se diferenciam dependendo das ações dos sujeitos.

Em relação a isso, Bakhtin ([1955] 1992) explicita que existem gêneros bastante estandardizados como certos tipos de documentos oficiais, ordens militares, cumprimentos e felicitações sociais, dentre outros. Mesmo assim, esses textos não são estáveis. Eles mudam e estão abertos às condições de uso.

Assim, o autor admite a classificação dos gêneros em primários e secundários. Os primeiros são os que fazem parte do cotidiano das pessoas e se constituem na relação espontânea, ou seja, são os gêneros da conversa familiar, das narrativas espontâneas, das atividades do dia-a-dia.

Os gêneros secundários são os que aparecem em situações mais complexas de uso, ou seja, os que se usam em atividades científicas, artísticas, políticas, filosóficas, religiosas e outras. Observemos a classificação dos gêneros primários e secundários:

Durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários de todas as espécies, que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea. Os gêneros primários, ao se tornarem componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios – por exemplo, inseridas no romance, a réplica do diálogo cotidiano ou a carta, conservando a sua forma e significado cotidiano apenas no plano do conteúdo do romance só se integram à realidade existente através do romance considerado como um todo, ou seja, do romance concebido como fenômeno da vida literário-artística e na vida cotidiana. O romance em seu todo é um enunciado, da mesma forma que a réplica do diálogo cotidiano ou a carta pessoal (são fenômenos da mesma natureza); o que diferencia o romance é ser um enunciado secundário. (BAKHTIN [1955]1992:281)

Percebemos, pelo exposto, que os gêneros primários e secundários estão totalmente inter-relacionados e que entre eles há uma interdependência de tal forma que o uso de um pressupõe o uso do outro. A partir de um gênero secundário, dentro de sua complexidade e elaboração, há uma mistura do gênero primário quando é colocado em prática. Isso quer dizer que, em muitas de nossas atividades, podemos utilizar no gênero primário alguma passagem do gênero secundário e vice-versa.

Finalmente, podemos destacar, no contexto da teoria bakhtiniana, uma abordagem que se centra no entrelaçamento de fatores lingüísticos e extralingüísticos que influenciam as teorias contemporâneas, subjacentes à atual reorientação do ensino-aprendizagem da linguagem escrita, da análise e descrição dos textos, a partir dos gêneros do discurso.

2. O PROCESSO RETÓRICO E ARGUMENTATIVO NA ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS

Os conceitos básicos da teoria da argumentação no discurso recuperam da retórica aristotélica conceitos como orador, auditório, entre outros, e os aplica à funcionalidade de todo e qualquer discurso, uma vez que esses estudos não se restringem apenas aos discursos judiciário, deliberativo e epidíctico, conforme fazia a Retórica Aristotélica.

A Nova Retórica ou Teoria da Argumentação surge para se contrapor a supervalorização ornamental do discurso de um único componente da retórica, ligado ao ornamento, e, principalmente, por não se considerar o papel decisivo das técnicas argumentativas, do auditório e do(s) interlocutor(es), na instância de produção do discurso.

Os estudos da Teoria da argumentação podem ser aplicados a várias áreas do conhecimento e na análise dos diversos gêneros do discurso, pois suas categorias de análise se inscrevem dentro do caráter sócio-interacional da linguagem, sendo, portanto, constitutiva desta.

Nesse sentido, a argumentação no discurso deve ser compreendida segundo Souza (2008b, p. 61) “como uma ação humana que implica o ato de convencer o outro sobre a validade de uma opinião defendida [...]”. Essa opinião se constitui em uma ação de linguagem que se efetiva na interação entre quem produz o enunciado e com quem se dialoga que é o auditório determinado para a situação comunicativa.

Toda atividade argumentativa de linguagem intenciona a adesão dos seus interlocutores à tese que se defende. Segundo Perelman e Tyteca (2002), o ato de argumentar pressupõe: uma tese a ser defendida por quem enuncia (*logos*), a imagem construída pelo enunciador diante do auditório/interlocutor (*pathos*), assim como a formação da sua própria imagem diante do discurso enunciado (*ethos*).

Assim, todo ato de linguagem pressupõe um acordo com quem se interage, e este acordo acontece por meio do trabalho com base nos valores que ele, o orador, julga que o seu auditório possui, ou com base nos conhecimentos que acredita que seu auditório tem ou precisa ter, para só então conseguir a adesão necessária à tese (*logos*) que pretende defender.

O diálogo acontece entre as partes do discurso, no processo argumentativo, através de um acordo prévio entre locutor e alocutário, caso contrário, a argumentação fica impossibilitada de acontecer. Esse acordo é delimitado por objetos que colocam orador e auditório numa mesma esfera de compreensão. Quando estes estão de acordo, podemos dizer que o diálogo se institui a partir de um fato, algo certo, real, pois não há controvérsias. Quando a discussão é de nível teórico-científico dizemos que existe nestes enunciados um conteúdo de verdade que ligam os fatos (SOUZA, 2008a).

Vale destacar que, à medida que constrói o texto o locutor faz representar a sua imagem no outro. O auditório espera dele uma resposta aos seus anseios, pois parte do princípio de que ele, o orador, se não detém, deveria ter o conhecimento necessário para discutir satisfatoriamente sobre o que se propõe.

No processo de argumentação do discurso, devem estar envolvidos no processo de interlocução: o locutor, a opinião (argumento), o outro e o contexto de circulação do discurso, pois é no espaço contextual que estão as opiniões, os valores e os julgamentos.

No processo de organização do discurso, o produtor de textos ao construir o seu discurso apresenta e defende uma tese. Através dela estabelece o diálogo com seu possível interlocutor, para tentar convencê-lo da veracidade ou não dos fatos anunciados, esse

convencimento só vai acontecer diante dos argumentos plausíveis apresentados pelo enunciador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão teórica que apresentamos, neste trabalho, destaca os pressupostos da análise textual dos discursos focalizando que a ação de linguagem acontece tendo em vista os níveis ou planos de texto e os níveis ou planos de discurso, os dois planos constroem o processo argumentativo e semântico do texto. Diante dessa reflexão, o texto é um objeto semântico, pragmático, argumentativo que referencia o mundo e que se constitui em uma instância real de comunicação.

REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. *Lês textes: types et prototypes*. Paris: Nathan, 1992.

_____. *A lingüística textual: introdução à análise textual dos discursos*. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passegi, João Gomes da S. Neto, Eulália Vera Lúcia Leurquin. Revisão técnica: Luis Passegi e João Gomes da S. Neto. São Paulo: Cortez, 2008.

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRANDÃO, H. N. (Coord.) **Os gêneros do discurso na escola**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRONCKART, J.P. **Atividade de linguagem, texto e discurso: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: EDUC, 1999.

FARACO, C. **A Linguagem e diálogo: as idéias do círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar edições, 2003.

FREITAS, M. T. A. **Vygotsky e Bakhtin - psicologia e educação: um intertexto**. São Paulo: Ática, 1999.

MACHADO, A. R. **O Diário de leitura**. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

------. Para (re)pensar o ensino de gêneros: esclarecendo conceitos do interacionismo sócio-discursivo. In: MEURER, J.L. (org) **Gêneros sob diversas perspectivas**. [S.l]: No prelo, 2002.

MARCUSHI, L. A. **Por uma proposta para a classificação dos gêneros textuais**. UFPE, 1996.

PERELMAN, C. OLBRESCHTS-TYTECA. L. **Tratado de argumentação: a nova retórica**. Tradução M. E. GALVÃO. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SOUZA, G. S. de (Coord.). **Argumentação e construção de sentidos na elaboração de hipóteses e/ou questões de pesquisa em monografias: um estudo sobre a produção textual no**

Ensino Superior. **Projeto de Pesquisa**. Pau dos Ferros: UERN, 2008a. [Projeto aprovado pelo Comitê de Bolsas do CNPq/UERN].

_____. Argumentação no discurso: questões conceituais. In: FREITAS, Alessandra Cardozo de; RODRIGUES, LÍlian de Oliveira; SAMPAIO, Maria Lúcia Pessoa (Orgs.). **Linguagem, discurso e cultura: múltiplos objetos e abordagens**. Mossoró: Queima Bucha, 2008b.

VAN DIJK, T. A. Structures of News in The Press. In: **Discourse and Communication**. Berlim, de Gruyter, 1985.